UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS LITERATURAS

LUIZ CLAUDIO NOGUEIRA DE SOUZA

AS MARCAS DO COLONIALISMO NA OBRA *TORTO ARADO* DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR, REPRESENTADO PELA CASA GRANDE E SENZALA

Brasília

2022

LUIZ CLAUDIO NOGUEIRA DE SOUZA

AS MARCAS DO COLONIALISMO NA OBRA *TORTO ARADO* DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR, REPRESENTADO PELA CASA GRANDE E SENZALA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – Instituto de Letras como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e suas Literaturas.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lúcia Helena Marques

Brasília

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os negros e negras deste país. Descendentes daqueles que sofreram tanto para formar essa belíssima nação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Drª. Lúcia Helena Marques Ribeiro pela paciência, dedicação e orientações numa pesquisa de real valor literário; à UnB pela oportunidade de poder estudar em uma universidade pública de qualidade; à família, amigos e às pessoas especiais da minha vida que através do amor e carinho permitiram um ambiente propício e confortável para a dedicação aos meus estudos.

SUMÁRIO

RESUMO / **6**

ABSTRACT / **7**

INTRODUÇÃO / **8**

- A HERANÇA COLONIALISTA NO BRASIL / **10**
    - Os quilombos/**12**
- A ESCRAVIDÃO ROMANTIZADA NO BRASIL / **23**
- *TORTO ARADO*: AS MARCAS DA CASA GRANDE E SENZALA / **33**

CONCLUSÃO / **50**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / **54**

RESUMO

Este trabalho busca apresentar uma análise da obra *Torto arado* de Itamar Vieira Júnior, a partir das heranças do colonialismo, representado pela casa grande e senzala; pretende, ainda, analisar as formas como o colonialismo se desenvolveu e se naturalizou no Brasil, apresentados por teóricos e escritores brasileiros e estrangeiros, e discutir a escravidão romantizada a partir de obras de autores da literatura brasileira.

ABSTRACT

This work seeks to present an analysis of the work *Torto arado* by Itamar Vieira Júnior, based on the legacy of colonialism, represented by the large house and slave quarters; It also intends to analyze the ways in which colonialism developed and became naturalized in Brazil, presented by Brazilian and foreign theorists and writers, and to discuss romanticized slavery based on works by authors of Brazilian literature.

INTRODUÇÃO

A colonização no Brasil é um tema controverso, ao certo, com muitas análises e pareceres de estudiosos e pesquisadores. Mas é incontroverso que foi uma tragédia para a vida dos negros escravizados da África e traficados para o Brasil para servirem aos mais diversos propósitos. Embora muito explorada, a escravidão e seus períodos, passaram pelo escrutínio dos mais conceituados pesquisadores aos mais notáveis literatos deixando uma rica e profunda quantidade de material. Embora presente no cotidiano das sociedades modernas, a escravidão já não choca tanto devido, em parte, à romantização de novelas, poesias, filmes e da literatura.

Dessarte, encontra-se na obra *Torto arado*, de Itamar Vieira Júnior, ambiente propício a resgatar interesse pelo tema, em particular, pela aptidão do autor de sintetizar a crueldade no tratamento do escravizado, a dureza de sobreviver e as maiores adversidades com a simplicidade, dignidade e beleza dos sentimentos de seus personagens.

Recorrer ao passado, analisando autores conceituados, para explicar o presente e propor uma discussão através de uma obra moderna tão aclamada, como *Torto arado*, é um desafio tão engrandecedor que torna sereno e lúdico a reflexão e a busca por argumentos e ponderações.

Escrutinar o presente, proposto em *Torto arado*, a partir de análises de obras como *Casa grande e Senzala* de Gilberto Freyre, dentre outras, torna o tema ainda mais interessante por abordar acontecimentos de passado distante e que ainda permeia o presente, ainda que em formatos distintos.

A trama que envolve as irmãs Belonísia e Bibiana, negras, descendentes de escravos e quilombolas, ambientada no sertão baiano, trazendo à tona a tragédia vivida por aquelas pessoas, tem o poder de desenhar na mente dos leitores a magnitude do sofrimento daqueles povos e seus descentes.

Os quilombolas vivem em diversas comunidades espalhadas pelo país, bem como nas cidades e em quase todo o país. Importante conhecer um pouco de sua história e os acontecimentos que quase dizimou a vida de seus antepassados e fez forte os sobreviventes para tornar os cidadãos que hoje são.

Evidente que a escravidão ainda aterroriza em tempos modernos. Os negros, além de outras pessoas, ainda são vítimas da desumanidade de escravidão. O formato da escravidão moderna mudou, mas os sofrimentos permanecem naqueles seres humanos. *Torto arado* é atual, mas traz todo o fardo pesado do passado escravagista.

Primeiramente será feita uma reflexão sobra o colonialismo no Brasil a partir do pensamento de Gilberto Freyre e da sua obra *Casa grande & Senzala*. Outras obras serão analisadas para permitir uma maior amplitude do conteúdo estudado.

Após, será feita uma breve pesquisa sobre autores que abordaram a questão da escravidão no Brasil aumentando o espectro analisado para melhor compreender o passado e o presente, em especial, no contexto da obra de Itamar Vieira Júnior, *Torto arado*.

Por último, será feita a análise da obra *Torto Arado* a partir dos elementos significativos da cultura negra e quilombola que a obra traz com os contextos de estudos sociológicos de obras conceituadas anteriores, que permitirão uma melhor compreensão da colonização brasileira pelo europeu, as tradições em território brasileiro, os conceitos gerais e os significados coletados do estudo proposto.

O primeiro capítulo traz o acidente com as irmãs Bibiana e Belonísia que conduzirá a trama. O segundo capítulo, mais concentrado no conteúdo psicológico, apresenta os personagens e o desenvolver da estória. No terceiro e último capítulo, Santa Rita Pescadeira conduz sua narrativa e guia o enredo para seu desfecho.

"O chefe da Polícia, Eusébio de Queiróz, estava convencido da culpa do senhor, um padre, Antônio José de Castro. As autoridades encontraram a parda Emerenciana, uma mulher velha, inteiramente debilitada e incapaz de ficar de pé ou sentar-se. Seus extensos ferimentos estavam gangrenados e supurados e ela não conseguia falar. O relatório médico sobre a situação dela confirmava ferimentos e cicatrizes em todo o corpo, tais como chibatadas que tinham aberto a carne até os ossos e lesões nas regiões anal e vaginal e outras partes de corpo, feitas com instrumentos perfurantes". (KARASCH, 2000, p. 175)

1 - A HERANÇA COLONIALISTA NO BRASIL

Gilberto Freyre, em *Casa grande & Senzala* (1933)[1], descreveu como se organizou a colonização do Brasil, a partir da chegada dos portugueses, em seus contextos econômico, social e civil.

A colonização nas terras brasileiras foi de exploração, baseada essencialmente na agricultura, sob o regime patriarcal, e com a exploração, desde os primórdios do escravagismo. Inicialmente, dos silvícolas encontrados nas terras recém conquistadas e, posteriormente com o tráfico de africanos. O ensaio de Freyre aponta relações sexuais entre diversas etnias indígenas e africanas com os portugueses, resultando na miscigenação que formou a atual população brasileira. Fundamenta a obra, essencialmente, a correlação entre a família do senhor de engenho e o modelo latifundiário açucareiro inaugurado na colônia, baseada na escravidão e em normas sociais então existentes no Brasil desde então, formando-se, assim, uma sociedade agrária, escravocrata e miscigenada. A monocultura da cana de açúcar era a atividade principal, predominando a exploração do trabalho escravo pelos donatários senhores de engenho.

A obra ponta o colonizador português como o menos cruel com os escravos, adotando uma postura aristocrática de "faz de conta" o que é contestado por diversos outros autores. O modelo estudado por Freyre foi concebido a partir da observação na vida dos engenhos da Zona da Mata nordestina. Necessita-se alguma amplitude para o universo dos quilombos. A sociedade formada, agrária e escravocrata na técnica de exploração econômica era, como foi dito, formada por índios e, mais tarde, por negros.

Segundo Freyre "a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes cultural, de povo indefinido entre a Europa e África". (FREYRE, p. 5)

Credita à mobilidade um dos segredos das conquistas portuguesas, e dessa mobilidade resultou a miscigenação em suas próprias terras peninsulares (FREYRE, p. 8) e segue destacando que "indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças em um tabuleiro de gamão" (ibidem)

---

[1] FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: José Olympio Editora, 1999.

Freyre afirmou também, quanto aos colonizadores portugueses, não haver "fundamentos nem motivos para duvidar de que alguns fossem gente sã" (FREYRE, p.19-20) e que:

> A colonização por indivíduos – soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, náufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira – quase não deixou traço na plástica econômica do Brasil. Ficou tão raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à-toa não chegou a definir-se em sistema colonizador. (FREYRE, p. 19)

Atribui, por outro lado, ao clima tropical da colônia a adaptação do colonizador português em razão de alguma proximidade com as temperaturas no país de origem.

> Outra circunstância ou condição favoreceu o português, tanto quanto a miscibilidade e a mobilidade, na conquista de terras e no domínio de povos tropicais: a aclimatabilidade. Nas condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa. O chamado "clima português" de Martone, único na Europa, é um clima aproximado do africano. Estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contato vitorioso com os trópicos: seu deslocamento para as regiões quentes da América não traria as graves perturbações da adaptação nem as profundas dificuldades de aclimatação experimentadas pelos colonizadores vindos de países de clima frio. (FREYRE, p. 10)

Discorre sobre as dificuldades dos colonizadores de outras regiões frias da Europa em adaptar-se a climas quentes. Quando da miscigenação do português com as mulheres índias ou negras nasceram filhos ainda mais predispostos à ambientação. No clima brasileiro, o colonizador português encontrou condições favoráveis de abundância de diversidade vegetal, animal e mineral, mas, também, encontrou sérias dificuldades com pragas e outras pestes que tornaram perniciosa a estadia nas terras tropicais.

O objetivo principal dos primeiros colonizadores era a exploração comercial através de feitorias, de terceirização do trabalho, escravo em especial, mas também a extração da riqueza vegetal e mineral. Dito isso, não era de se imaginar um prolongamento da estadia dos portugueses, tendo como meta retornar com as riquezas para a metrópole. Não era considerado pelo europeu fixar residência definitiva na colônia, somente explorá-la. O colonizador português teria sido, dentre os colonizadores modernos, o primeiro a adaptar a exploração de riquezas para a "criação de riquezas locais" (FREYRE, p. 38), termo do próprio Freyre para ressignificar o conceito da colonização moderna portuguesa, ainda que essa

criação, por certo, se entendesse como exploração do trabalho escravo sob as condições mais desumanas, que foi relativizado em *Casa-grande & Senzala*.

O passo seguinte foi a da colonização da plantação, caracterizada pela "base agrícola e pela permanência do colono na terra" (FREYRE, p. 17), deixando o contato esporádico e eventual com os nativos para uma relação mais permanente. Foi iniciado, então, um novo tipo de colonização, algo que já havia sido experimentado em ilhas subtropicais do Atlântico, com "técnica econômica e por uma política social inteiramente novas." (FREYRE, p. 17).

> A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento de formação da família. Semelhante política foi bem diversa da de extermínio ou segregação seguida por largo tempo no México e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na América do Norte pelos ingleses. (FREYRE, p. 17).

A sociedade colonial no Brasil desenvolveu-se patriarcal e "aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis" (FREYRE, p.39). Especialmente em Pernambuco e no Recôncavo baiano, Freyre constatou essa estabilidade na exploração da mão de obra escrava e na constância com que o negro africano era traficado. Verificou, também, que não foi o Estado colonizador que escalonou com grandiosidade as plantações, mas os colonos em si, os próprios exploradores com seus esforços individuais e capacidade de organização. Por vezes, imputa ao indígena ser incapaz para o trabalho manual e, por isso, desprezado pelo português colonizador que viu no negro africano portentosa força para a vida no campo.

Os quilombos

Diante do crescente aprisionamento do negro africano, para fins de tráfico, ocorreram rebeldias que descambavam para fugas dos escravizados. Os cativos fugiam por vários motivos como elenca Albuquerque e Filho:

> Castigo, trabalho excessivo, pouco tempo para o lazer, desagregação familiar, impossibilidade de ter a própria roça e, é óbvio, o simples desejo de liberdade eram as razões mais frequentes que os levavam a escapar dos senhores. Por vezes os cativos se ausentavam apenas por tempo suficiente para pressionar o senhor a negociar melhores condições de trabalho, moradia e alimentação, para convencê-lo a dispensar um malvado feitor, a manter na

> mesma fazenda uma família escrava, a cumprir acordos já firmados ou até para conseguir ser vendido a outro senhor. [2]

Os fugidios nem sempre retornavam ao cativeiro e, diante da aspiração de ver-se livre, refugiavam-se, sozinhos ou em grupos, nas matas e lugares de difíceis acessos o que veio a se tornar mais tarde o que ficou conhecido como Quilombolas.

Albuquerque e Filho descrevem o significado destas comunidades:

> Quilombos, *palenques*, *maroons* são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas: os grupos organizados de negros fugidos. No Brasil, esses agrupamentos também eram chamados de mocambos. Fugir do senhor e se juntar a outros rebeldes foi uma estratégia de luta desde que os primeiros tumbeiros aportaram na costa brasileira até as vésperas da abolição. (ALBUQUERQUE, p. 118)

Após a colônia iniciar uma ofensiva para combater os rebeldes e, com mão pesada, manter sob algum controle, houve uma continuação do quilombolismo em formatos distintos. Quando o ouro foi descoberto em Minas Gerais houve uma grande migração destes escravos. Também era largamente utilizada a mão de obra escrava na agricultura "assim como na produção de açúcar, aguardente e rapadura". (p. 125)

Ainda assim a perseguição aos negros rebeldes prosseguiu, perpetuando os aprisionamentos e as mortes. Os responsáveis pelas perseguições eram frequentemente agraciados com a oferta de grande quantidade de terras tornando-os, e a seus descendentes, grandes proprietários. (p. 126)

O Brasil formou-se, afirma o autor, "despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça" (FREYRE, p. 29). O que importava de fato aos portugueses era que professassem a fé cristã. Sequer estavam preocupados com a nacionalidade portuguesa. Bastava que a religião fosse a católica. Não se admitia o herege. O catolicismo, segundo Freyre, "foi realmente o cimento da nossa unidade". (FREYRE, p. 30).

O cultivo da cana de açúcar trouxe prosperidade para a colônia, onde foi de maior êxito no em Pernambuco, na Bahia e no Maranhão e, com esse sucesso, modos de vida aristocrático e escravocrata. O Nordeste se firmou como região mais escravocrata justamente

---

[2] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 117.

por ser a mais eficiente na exploração da cana de açúcar, mas resultou também em “profunda diferença regional de cultura humana”. (FREYRE, p. 32)

Joaquim Nabuco, em *O abolicionismo*[3] (1863), destacou o fato de que os colonizadores exploraram a terra sem limites, sem respeito ao solo e no “mais completo desprezo pelos interesses do futuro, a ambição de tirar o maior lucro imediato com o menor trabalho próprio possível, qualquer que seja o prejuízo das gerações seguintes”. (NABUCO, p. 39)

Referiu-se a uma condição especial do sertanejo, em tese mais privilegiado por não ser escravo, da seguinte forma:

> O trabalhador livre não tinha lugar na sociedade, sendo um nômade, um mendigo, e por isso em parte nenhuma achava ocupação fixa; não tinha em torno de si o incentivo que desperta no homem pobre a vista do bem-estar adquirido por meio do trabalho por indivíduos da sua classe, saídos das mesmas camadas que ele.

E completou dizendo que:

> São milhões que se acham nessa condição intermédia, que não é o escravo, mas também não é o cidadão..." Párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensílios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou charque; e "a viola suspensa ao lado da imagem.[4]

Se o não escravo era desprezado pela sociedade, o que dizer do negro, ex-escravo e alforriado, quando liberto procurando por melhores condições de vida.

Chama atenção, a afirmação de Freyre de que na Bahia, mesmo nas cidades, entre os séculos XVI e XVII, incluindo Salvador, a alimentação era deficiente sendo um pouco melhor, ou menos ruim, nos engenhos e interior. Esclarece que o Nordeste em geral, mais especialmente em Pernambuco, até o início do século XIX, entre os proprietários de terras, espécie de latifundiários, já adotavam a prática da “meação” de terras através de “rendeiros” e que somente era permitido a eles a plantação de cana de açúcar, desde claro, que metade ficasse com os proprietários.

---

[3] NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 40.

Quanto à fuga dos negros para o sertão central, onde se formaram os quilombos, Freyre destaca que "muitos negros teriam deixado o litoral ou a zona açucareira para se aquilombar no sertão", (FREYRE, p.54). No entanto a fuga das mulheres não era fácil o que levava a efeito o rapto de mulheres índias pelos quilombolas.

Laurentino Gomes também tratou do tema quilombola em *Escravidão*, dando alguns detalhes da rotina dos negros fugidos:[5]

> Os quilombolas viviam da caça, da pesca e da coleta de frutas — jaca, manga, laranja, limada-pérsia, melancia, mamão, coco, banana, goiaba, entre outras, todas muito abundantes na região. Criavam porcos e galinhas. Extraíam e processavam óleo de dendê. Tinham roças para o cultivo de milho, mandioca, feijão, batata-doce e cana-de-açúcar. Das folhas e do tronco das palmeiras construíam choupanas e fabricavam chapéus, esteiras e vassouras. Também da fibra das árvores faziam roupas, agasalhos e tecidos de uso doméstico. Parte desses produtos era vendida ou trocada por armas e munições nas comunidades vizinhas. Teriam desenvolvido ainda alguns ofícios mecânicos, como comprovam as quatro forjas encontradas pelos holandeses em 1645, usadas na fabricação ou no conserto de ferramentas de ferro, como facas, foices e machados, além de pontas de flechas e lanças. Com frequência praticavam roubos e saques nos vilarejos e engenhos vizinhos. Fugas eram formas de resistência à escravidão bastante comuns em todo continente americano. E eram ainda mais frequentes do que as rebeliões, em geral esmagadas rapidamente e sem piedade pelo sistema escravagista. Ao passar por Salvador em 1676, o francês Gabriel Dellon assustou-se com a quantidade de cativos africanos existentes na Bahia, segundo ele sempre dispostos à rebelião e à fuga devido aos maus-tratos que lhes dispensavam seus donos:
>
> > Vendidos como animais, são comprados às centenas pelos donos de grandes propriedades, que os submetem ao controle de um capataz — na maioria das vezes, pior do que o próprio senhor. [...] Os maus-tratos [...] obrigam-os por vezes a fugir para o mato e a viver aí pilhando tudo o que encontram pela frente, vingando-se de certo modo dos tormentos que lhes foram impostos. (p. 229)

Eduardo Bueno, em *Brasil: uma história* - cinco séculos de reconstrução (2012), resume parte da colonização da seguinte forma:

> O longo, rendoso e doce reinado do açúcar em terras brasileiras – iniciado em 1532 e ainda sem data para acabar – trouxe também consequências amargas para o país. Plantada com avidez e impaciência no luxuriante solo de aluvião do litoral nordestino, a cana-de-açúcar deu luz ao Brasil, colocando-o no mapa do comércio planetário. O pó branco tornou-se "o

[5] GOMES, Laurentino. *Escravidão*: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. ed. - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

> principal nervo e substância da riqueza da terra, segundo um antigo cronista. Com os dividendos – de qualquer forma logo emigrados para Portugal e, dali, para a Holanda – vieram a devastação das matas, a escravização indígena em larga escala, os desatinos do monopólio e da monocultura, a infâmia inominável do tráfico negreiro, a vertigem do lucro fácil, o latifúndio, a pirâmide social exclusivista, a ganância desenfreada – vícios que o Brasil, em vez de sanar, incorporou.[6]

Movimentos que ocorreram no campo, portanto, são diretamente ligados à avidez com que o colonizador português explorava sua colônia. A necessidade e a ganância desse colonizador, misturada à escravidão e às consequências dessa exploração resultaram nos quilombos e em todo o contexto social que desaguou na brasilidade hoje conhecida.

O Brasil era uma grande porção de terras virgens – livre da sociedade mercantil e capitalista europeia. Cercada pela mais bela natureza e povoada somente por nativos silvícolas. Não possuía o "egoísmo dos brancos" de acumulação de riquezas. A relação de trabalho era, aliás, somente em relação a terra. Os povos originários de então realizavam rituais sagrados próprios e não eram contaminados pelas doenças proeminentes nas grandes cidades europeias ou, em menor proporção, nas asiáticas. Entretanto, devido à colonização e a apropriação da cultura pelos europeus, a terra começa a sofrer mudanças radicais, inclusive no solo, onde a exploração descontrolada de cana-de-açúcar devasta matas e degrada o meio ambiente.

Houve uma certa romantização na colonização portuguesa nas terras brasileiras, especialmente quando ligada à escravidão. Alguns autores, inclusive Gilberto Freyre, em *Casa-grande & Senzala*, apesar da grande contribuição que a obra representa, possui traços de romantização ou, no mínimo, deixou de fora importantes considerações sobre a exploração da mão de obra escrava africana, em especial, mas não somente. Muito embora Antônio Cândido tenha afirmado no prefácio de *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda que, "Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento cor, a crítica dos fundamentos 'patriarcais' e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal".[7]

Holanda também trouxe um debate ao afirmar que "O interesse do português pelas suas conquistas foi sobretudo apego a um meio de fazer fortuna rápida, dispensando o trabalho regular, que nunca foi virtude própria dele" (HOLANDA, p.16). Possuindo esse

---

[6]BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história* – cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2012, p.47.
[7] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.11.

caráter explorador e de enriquecimento a qualquer preço o colonizador depositou na escravidão todas as apostas para tornar realidade seu intento:

> A escravidão, requisito necessário deste estado de coisas, agravou a ação dos fatores que se opunham ao espírito do trabalho. Ao matar no homem livre a necessidade de cooperar e organizar-se, submetendo-o, ao mesmo tempo, à influência amolecedora de um povo primitivo" (HOLANDA, p.15).

Raízes do Brasil (1995), aliás, contribui com a compreensão da colonização portuguesa, embora menos densa, mas com argumentos bastante profícuos. Importa dizer que dá ao colonizador português maior importância e compreensão das circunstâncias adversas que encontrou nas terras brasileiras:

> Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias europeias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos. (HOLANDA, p.48)

Depreende-se na leitura de *Raízes do Brasil*, que a forma como se iniciou a colonização nas terras da América do Sul, mais especificamente nas brasileiras, com a ampla exploração de engenhos de cana, foi por meio de métodos rudimentares, e o colonizador só poderia ter algum sucesso se explorasse a mão de obra escrava, a indígena, inicialmente, e a africana, que perdurou por mais de trezentos anos.

O português, conforme Holanda, veio em busca de riqueza e, com sua vocação para a aventura no mar, não demonstrava a mesma disposição para o trabalho cotidiano na terra selvagem da colônia, o que o motivou a investir no tráfico do negro africano com mais determinação. Milhares de negros da África desembarcaram – vivos ou mortos – nas terras brasileiras e nelas, obrigados, fincaram suas raízes. Por essa razão, a cultura, a alimentação, a língua, os costumes e a religião africanos se tornaram tão substanciais na formação do povo brasileiro.

A agricultura, para o colonizador, não era vista como atrativa tal como “as aventuras marítimas e as glórias da guerra e das conquistas”, por isso nada de nobre havia na lavoura que era relegado aos colonizadores menos talentosos e, inclusive “dado à preguiça”. (HOLANDA, p.50) Dessa forma, pressupõe-se que a falta de tecnologia, de investimento e de conhecimento da época, fez com que o colonizador português lançasse mão, até o esgotamento, a mão de obra escrava para ver satisfeito a busca pela riqueza:

> Quando lamentamos que a lavoura, no Brasil, tenha permanecido tão longamente aferrada a concepções rotineiras, sem progressos técnicos que elevassem o nível da produção, é preciso não esquecer semelhantes fatores. E é preciso, além disso, ter em conta que o meio tropical oferece muitas vezes poderosos e inesperados obstáculos à implantação de tais melhoramentos. Se a técnica agrícola adotada aqui pelos portugueses representou em alguns casos, compara às da Europa, um retrocesso, em muitos pontos verdadeiramente milenar, é certo que para isso contribuíram as resistências da natureza, de uma natureza distinta da europeia, não menos do que a inércia e a passividade dos colonos. O escasso emprego do arado, por exemplo, em nossa lavoura de feição tradicional, tem sua explicação, em grande parte, nas dificuldades que ofereciam frequentemente ao seu manejo os resíduos da pujante vegetação florestal. É compreensível assim que não se tivesse generalizado esse emprego, muito embora fosse tentado em épocas bem anteriores àquelas que costumam ser mencionadas em geral para sua introdução. Há notícia de que, entre senhores de engenho mais abastados do Recôncavo Baiano, era corrente o uso do arado em fins do século XVIII. Cumpre considerar, em todo o caso, que esse uso se restringe unicamente à lavoura canavieira, onde, para se obterem safras regulares, já se faz necessário um terreno previamente limpo, destocado e arroteado. Sem embargo disso, sabemos por depoimentos da época que, para puxar cada arado, era costume, entre fazendeiros, empregarem juntas de dez, doze ou mais bois, o que vinha não só da pouca resistência desses animais no Brasil, como também de custarem as terras mais a abrir pela sua fortaleza. (HOLANDA, p. 50)

Os portugueses, a despeito de outras origens, não se dispunham a empregar toda sua energia e dedicação para tirar o melhor proveito das lavouras. Ainda por isso, o trabalho escravo, a monocultura, a grande propriedade, sempre se distinguiram, em verdade, “pelo muito que pediam a terra e o pouco que lhe davam em retribuição” (HOLANDA, p. 51)

Esses eventos, somados, explicam em parte, a razão da desumanidade com o negro escravizado, em especial, conforme Freyre, era forte e rústico, suportando as mazelas do trabalho à exaustão, diferente do encontrado pelo nativo indígena. Evidente que todas essas circunstâncias fizeram com que os escravos, principalmente os homens e mais os jovens, considerassem valer a pena as tentativas de fuga para os quilombos ainda que, quando pegos,

sofressem as mais abjetas punições. Estavam fadados a morrer de qualquer forma, fosse do esgotamento físico do trabalho forçado, fosse da punição dos capatazes.

Os quilombos, existentes já em grandes proporções e espalhados pelo interior do nordeste brasileiro, abrigavam milhares de negros escravos e fugidos. Holanda, aliás, afirmou quanto à geolocalização estrutural colonizadora:

> Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. (HOLANDA, p.73)

Nos domínios rurais, aliás, não se admitiam contestações. "A autoridade do proprietário de terras não sofria réplicas". Fator preponderante na cultura da grande propriedade do senhor de engenho. O engenho era autossuficiente, movia-se como "um organismo completo" (HOLANDA, p.80) e impunha aos negros escravizados o medo de sua autoridade através do capataz que, muitas vezes mesmo sendo também negros, se tornavam algozes impiedosos.

Houve, posteriormente, o declínio dos centros de produção agrária, hipertrofiando as cidades, em particular as litorâneas. As atividades rurais deixaram de ser influentes e passaram a ser fontes de abastecimento urbanas. A perda da importância da lavoura açucareira acentuou a substituição do meio rural para o meio urbano como povoamento. Dessa forma, o interior, já desprovido do prestígio inicial do colonialismo passou a ser procurado por pequenos agricultores, por escravos alforriados e pela população mais pobre em busca de melhores condições de vida, senão a única.

A população quilombola passou a procurar melhores terras, ainda que tivesse que se submeter ao trabalho semiescravo, pois os quilombos costumavam ficar em locais de difícil acesso e, em geral, escondidos para dificultar a busca, no passado, por ex-escravos fugidos.

Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* (1995), faz uma contraposição à migração do negro escravizado para o interior do Brasil. Destaca que a abolição deu "alguma oportunidade de ir e vir aos negros e que enchem as cidades do Rio e da Bahia de núcleos chamados africanos, que se desdobram nas favelas de agora".

Afirma então que, mesmo ainda ocupando a zona rural, já desprestigiada, ou em direção às cidades, ocupando espaços menos nobres, que o negro ficou livre da escravidão, mas as consequências da escravidão permaneceram nesta população trazendo ainda muito sofrimento[8].

> A abolição, dando alguma oportunidade de ir e vir aos negros, encheu as cidades do Rio e da Bahia de núcleos chamados africanos, que se desdobraram nas favelas de agora. [...] As cidades e vilas da rede colonial, correspondentes à civilização agrária, eram essencialmente centros de dominação colonial [...] proviam, também, (as cidades e vilas) assistência médica para os casos desesperados, resistentes às mezinhas domésticas tradicionais. [...] Uma camada intermediária de brancos e mestiços livres, paupérrimos, procurava sobreviver à sombra dos ricos ou remediados. Cada fazendeiro ou comerciante tinha e mantinha esses agregados que os serviam devotadamente sem qualquer salário, em contrapartida dos obséquios que ocasionalmente recebiam e de que viviam.[9]

É de se supor que, se brancos e mestiços experimentassem tais agruras, os negros, ex-escravos, fugidios ou alforriados não pudessem ter tratamento ainda mais degradante da sociedade aristocrática brasileira colonial e pós-colonial.

Darcy Ribeiro chama atenção para a questão do latifúndio improdutivo brasileiro. Desde a chegada do colonizador português as imensas áreas de terras férteis foram pouco cultivadas. As poucas terras que foram ocupadas, como lembra Sérgio Buarque de Holanda, foram exploradas à exaustão, deteriorando-se, com pouca técnica e tecnologia e pouco talento do colonizador para a lavoura. O latifúndio se tornou um empecilho, segundo a visão de Ribeiro, para que a força de trabalho elevasse o país a níveis sociais e econômicos mais estáveis e equilibrados:

> A estratificação social gerada historicamente tem também como caraterística a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil, ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas. (RIBEIRO, p.160)

---

[8] RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro* – A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015, 146-147
[9] *Idem* p.146-147- 148.

Pontua, Darcy Ribeiro que, “a camada senhorial” vê o “o povo” – não se dirigindo diretamente ao negro - escravo ou livre – como somente uma “força de trabalho destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão de obra gasta”. (RIBEIRO, p.160)

Traços de similaridade com as obras de Holanda e Freyre, estão em Darcy quando pondera sobre o tratamento dispensado do senhorio aos trabalhadores em geral, e não somente o negro escravizado ou já liberto:

> É preciso viver num engenho, numa fazenda, num seringal, para sentir a profundidade da distância com que um patrão ou seu capataz trata os serviçais, no seu descaso pelo destino destes, como pessoas, sua insciência de que possam ter aspirações, seu desconhecimento de que estejam, eles também, investidos de uma dignidade humana. A suscetibilidade patronal a qualquer gesto que possa ser tido como longinquamente desrespeitoso por parte de um empregado contrasta claramente com o tratamento boçal com que trata este. Exemplificativo disso é a diferença de critérios de um policial ou de um juiz quando se vê diante de ofensas ou danos feitos a um membro da classe senhorial ou a um popular. (RIBEIRO, P.163)

Neste sentido, percebe-se que a identidade e o conceito social assumido pelo movimento quilombola e de resistência dos negros ex-escravos ou seus descendentes, no processo de formação da sociedade brasileira, está diretamente ligada aos mecanismos de exclusão social e de domínio dos colonizadores e, posteriormente, da classe dominante, como os senhores engenho.

Darcy enxerga no movimento operário e sindical das cidades a única possibilidade de mudança do *status quo*, visto que nas roças as condições eram muito precárias. Afirma que a rebeldia negra, agressiva no passado remoto, ficou inibida e enfraquecida nos tempos mais modernos. A fuga se tornou a expressão mais eloquente da resistência e, a despeito das dificuldades de sobrevivência, fosse sob o trabalho escravo, fosse nas agruras das fugas e das lutas nos quilombos, encontrava na batalha pela “conquista de um lugar e um papel de participante legítimo na sociedade nacional” (RIBEIRO, p.166), sua maior fonte de resiliência e de energia para sobreviver.

O ex-escravo e seus descendentes encontraram circunstâncias cruéis, talvez em igual proporção a do escravismo, para que sobrevivessem às condições do pós-colonialismo. Na busca pela liberdade não encontravam fazendeiros dispostos a pagar salários pela mão de obra e nem sequer a ceder espaço para o cultivo de terras ainda que fosse sob a condição de meeiro.

Dessa forma, quando estabelecidos em algum terreno aparentemente baldio, logo eram escorraçados, para sair em busca de outro lugar para se estabelecer e plantar milho e mandioca para sobreviver. A condição de miserabilidade era tão intensa que foi a maior causa de redução da população negra em contraste a abolição da escravidão:

> Não podiam estar em lugar algum, porque cada vez que acampavam, os fazendeiros vizinhos se organizavam e convocavam forças policiais para expulsá-los, uma vez que toda a terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra. (RIBEIRO, p.167)

O desprezo do senhor de engenho pelo negro foi passando de pai para filhos e netos que mantiveram, não só este menosprezo, como negaram-lhes qualquer possibilidade de melhorias como escolas para educar seus filhos e terras para cultivar. “A nação brasileira comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a construíra. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão” (RIBEIRO, p.167).

2 A ESCRAVIDÃO ROMANTIZADA NO BRASIL

O Nordeste brasileiro, após a colonização do português europeu e da exploração inicial de madeiras de pau-brasil, ofereceu à Colônia um clima propício ao plantio e à exploração da cana de açúcar. Já no século XVII os engenhos menores produziam aproximadamente 15 toneladas anualmente e os maiores em torno de 150 toneladas[10]. O trabalho nas lavouras exigia intenso trabalho físico dos escravos, esgotando-os, por muitas vezes, até a morte, em razão principalmente do trabalho quase ininterrupto, sem descanso, e com alimentação pobre e precária.

[10] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

O sistema de escravatura somente poderia sobreviver com a coerção e a violência[11]. Embora a escravidão seja algo "tão antigo quanto a própria história da humanidade"[12], a desumanização do escravizado passando a ser um instrumento de trabalho, objeto comercializável, sem direitos quaisquer e sem nenhuma dignidade humana, não é algo recente na História. A escravidão no continente africano potencializou essas circunstâncias que são visíveis até os dias atuais.

Os cativos no Brasil colonial eram explorados em todos os tipos de trabalhos e comprados por todas as classes sociais existentes, até mesmo pela Igreja Católica. Uma das crueldades era marcar o escravizado, como se gado fosse, com ferro em brasa, por até quatro vezes[13]. Os que sobreviviam às longas e penosas viagens eram vendidos ao ar livre, nos chamados mercados de negros. Os mais fortes e saudáveis possuíam mais valor enquanto mulheres, crianças, velhos e doentes tinham menos valor. Havia rituais para "testar os produtos". Ao ser levado pelo comprador, a maioria passava o resto de suas vidas sendo chicoteados e espancados, quando não assassinados[14].

O negro, na condição de escravo, foi desumanizado. Quase não tinha acesso à água nem à comida. Um calor insuportável nos porões dos navios, sujeitos a castigos físicos e mentais, doenças de todos tipos e assassinatos. Muitos africanos não suportavam tanto sofrimento e sucumbiam antes da chegada aos destinos após viagens que duravam cerca de dois meses.

Em *Raízes do Brasil* (1995) Sérgio Buarque de Holanda teceu o seguinte comentário:

> Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. (HOLANDA, p. 48)

---

[11] *Idem*.
[12] Gomes, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1*. ed. - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
[13] CÂMARA, Nelson. *Escravidão nunca mais: um tributo a Luiz Gama*. São Paulo: Lettera.doc, 2009.
[14] *Idem*.

O tratamento ao indígena escravizado brasileiro como “antigos moradores da terra” e que foram “prestimosos colaboradores” é uma mostra de como os estudiosos brasileiros trataram com certo eufemismo as agruras sofridas pelos cativos.

É certo que a escravatura do negro africano foi de proporções trágicas, dado a quantidade de seres humanos arrancados de suas terras, de suas famílias, de seu convívio social, de seus costumes e da sua dignidade. Minimizar ou amenizar estes fatos é comum nos escritos deixados pelos grandes pesquisadores e estudiosos como se observa em *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre.

Mais próximo de uma realidade dura e cruel enfrentada pelos escravizados africanos no Brasil colônia, está a obra *O povo brasileiro* de Darcy Ribeiro:

> Conscritos nos guetos de escravidão é que os negros brasileiros participam e fazem o Brasil participar da civilização de seu tempo. Não nas formas que a chamada civilização ocidental assume nos núcleos cêntricos, mas com as deformações de uma cultura espúria, que servia a uma sociedade subalterna. Por mais que se forçasse um modelo ideal de europeidade, jamais se alcançou, nem mesmo se aproximou dele, porque pela natureza das coisas, ele é inaplicável para feitorias ultramarinas destinadas a produzir gêneros exóticos de exportação e de valores pecuniários aqui auridos. Seu ser normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de cargas e as mulheres como fêmeas animais. As diferenças entre os dois modelos, não sendo degradações nem enfermidades, não podiam jamais ser reestruturadas ou curadas. De fato, era o Brasil que se construía a si mesmo como corresponde à sua base ecológica, o projeto colonial, a monocultura e o escravismo do que resulta uma sociedade totalmente nova”. (RIBEIRO, p.89)

Nesta descrição, mais fiel o retrato do negro explorado e tratado da forma mais desumana. Nada de relativo e nem de beleza, as palavras de Ribeiro dizem respeito a perversidade humana mais próxima do real.

Castro Alves era descrito por Silvio Romero em a *História da literatura brasileira* (1902) como “bom instinto de escrever belos pedaços de simples poesias” e possuidor de “lirismo gracioso dos amores, das paixões, das efusões articulares e o cantar brilhante do

socialista e do democrata social”[15]. Mesmo com essa descrição escreveu poemas por vezes mais romantizados e por vezes que refletiam o sofrimento daquele povo:

> Não! Não eram dois povos, que abalavam
> Naquele instante o solo ensanguentado...
> Era o porvir - em frente do passado,
> A Liberdade - em frente à Escravidão,
> Era a luta das águias - e do abutre,
> A revolta do pulso - contra os ferros,
> O pugilato da razão - com os erros,
> O duelo da treva - e do clarão!...
> No entanto a luta recrescia indômita...
> As bandeiras - como águias eriçadas –
> Se abismavam com as asas desdobradas
> Na selva escura da fumaça atroz...
> Tonto de espanto, cego de metralha,
> O arcanjo do triunfo vacilava...
> E a glória desgrenhada acalentava
> O cadáver sangrento dos heróis!...[16]

A poesia denuncia o sofrimento do negro, mas dada sua forma, melodia e suas rimas não deixa no leitor a impressão real do martírio e da desolação do ser humano por trás das palavras. A escritora Grada Kilomba, aliás, afirma que “o racismo é uma ferida que ainda sangra”.[17]

Registros históricos disponíveis no sítio eletrônico “*Slave Voyages*” apontam que aproximadamente 11 milhões de africanos foram escravizados e, destes, 5 milhões somente para terras brasileiras, o que torna o Brasil o país que mais importou mão de obra escrava. Dos escravizados, cerca de um milhão morriam antes da chegada aos portos. São números expressivos e que fazem da escravidão um fato sempre a ser lembrado como uma tragédia de grandes proporções. Por fim, o Brasil foi a última nação americana a tornar lei a abolição da escravatura.

Albuquerque e Fraga, por exemplo, em *Uma História do negro no Brasil* afirmam o seguinte:

---

[15] ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira: Tomo Segundo (1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro Editor, 1888. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/d592b722-45a6-4cba-8a5c-baa173eeffa4, Acesso em: 18.8.2022.

[16] ALVES, Castro. Ode ao dois de julho: disponível em https://www.culturagenial.com/poemas-castro-alves/, Acesso em 18.8.2022

[17] https://mundonegro.inf.br/parem-de-romantizar-a-violencia-do-sistema-escravista/

> A retirada violenta de africanos de suas comunidades, conduzidos para trabalhar como escravos em terras distantes, foi a solução encontrada pelas potências coloniais europeias para povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias no Novo Mundo. A colônia portuguesa (o Brasil) dependia de grande suprimento de africanos para atender às necessidades crescentes de uma economia carente de mão-de-obra. A migração transatlântica forçada foi a principal fonte de renovação da população cativa no Brasil, especialmente nas áreas ligadas à agricultura de exportação, como cana-de-açúcar. Submetida a péssimas condições de vida e maus-tratos, a população escrava não se reproduzia na mesma proporção da população livre. Era alto o índice de mortalidade infantil e baixíssima a expectativa de vida. Além dos que morriam, o tráfico repunha os que saíam do sistema através da alforria ou da fuga para os quilombos. Assim, havia demanda constante de escravos africanos, algo que se intensificava nos períodos de crescimento econômico.[18] (p. 39-40)

De tudo o que é dito sobre o negro escravizado pouco se diz sobre o estado psicológico do ser humano por trás de toda a agrura que é o aprisionamento, o medo de ser levado para lugares desconhecidos, a travessia penosa, e, chegando vivo ao destino a perspectiva sobre o que pode acontecer dali por diante que, por muito evidente, nunca eram as melhores possibilidades.

A expectativa pelo pior, pelo ser humano escravizado, devido todo o desenrolar dos acontecimentos pode ser encontrada em breves linhas de *Uma História do negro no Brasil*:

> Os que sobreviviam tinham que enfrentar a preparação para a venda, inspeção e compra. Ao chegar ao mercado, eram banhados e limpos. Negros da mesma nação raspavam cabelos e barbas uns dos outros. Para esconder doenças da pele e fazê-los parecer mais jovens, os negociantes às vezes passavam óleo sobre a pele. Tendo em vista que os africanos chegavam magros, os comerciantes aumentavam a quantidade de alimentação engordante para recuperarem logo peso e parecerem sadios. Uma vez que muitos acreditavam que os europeus praticavam o canibalismo, pode-se imaginar o terror dos recém-chegados quando eram forçados a comer mais e mais. Além de alimentar os africanos, tratar de suas enfermidades e vacinálos, os comerciantes tentavam melhorar a saúde mental deles para evitar o suicídio. (p. 54)

Também se observa no processo de romantização da escravidão, uma incorporação dos hábitos e do preconceito branco em relação ao negro, até por parte dos próprios negros,

[18] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

numa cena clara de crítica colocada, por exemplo, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880), pelo escritor Machado de Assis, quando retrata como o ex-escravo Prudêncio não só adquire outros escravos para si, como castiga duramente um deles. Questionado por Brás Cubas, que se depara com a cena, Prudêncio revela ao antigo senhor a causa do castigo: "- É um vadio e um bêbado muito grande".[19]

Em *Escravidão nunca mais* (2009) de Nelson Câmara, o poema da folha de rosto da obra é emblemático e retrata a crueldade do cativeiro, mas que, na forma poética, deixa de ser circunspecta. A beleza da poesia dissipa a crueldade dos acontecimentos:

> Quem tá gemendo
> Negro ou carro de boi?
> Carro de boi geme quando quer,
> Negro, não,
> Negro geme porque apanha,
> Apanha pra não gemer... [20]

Como ainda bem lembra Câmara, a Igreja Católica contribuiu para minimizar a inclemência da escravidão do negro:

> Ainda Frei Betto, bem explicando a postura da Igreja Católica na época, com as exceções de sempre, explicava que se, de um lado, inadmitia a escravidão indígena (porque o índio tinha alma), de outro, justificava a escravidão do negro:
> "Nem o Padre Vieira, que tanto defendeu os índios e enfrentou a prepotência da Corte, teve sensibilidade à causa africana: "Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo do que o vosso num destes engenhos de açúcar [...] Sois imitadores do Cristo crucificado, porque padeceis de modo semelhante ao que o próprio Senhor padeceu. Os ferros, as prisões, as chicotadas, os insultos... de tudo isso se compõe a vossa imitação, a qual, se vai acompanhada de paciência, também terá o seu merecimento de martírio. Quando estais a servir os vossos senhores, não sirvais como quem serve a homens, mas como quem serve a Deus". (p.45)

A Igreja Católica era uma das instituições mais fortes à época da escravatura e aos períodos que se seguiram, mas o interesse da própria Igreja na mão de obra escrava e em não contrariar os poderosos a manteve em silêncio e inerte quando o assunto era a escravidão. Até porque também se apropriava da exploração do escravizado.

---

[19] ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. — 1a ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014. (p.582).
[20] CÂMARA, apud, Solano Trindade, o poeta do povo, 2008, p. 41. CÂMARA, Nelson. *Escravidão nunca mais: um tributo a Luiz Gama*. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

A obra *Política* (2019) de Aristóteles traz a concepção desse autor a qual foi usada como pretexto para alguns padres católicos para justificar a escravidão. Para Aristóteles, o escravo é "aquele que, por natureza, sendo homem não pertence a si próprio, mas a outrem"[21], aquele que não é fim em si mesmo e é submetido aos outros:

> A propriedade era uma parte da casa, e a arte aquisitiva uma parte da administração doméstica, pois sem as coisas necessárias, era impossível a vida e o bem-estar. Por esse motivo na administração doméstica, era necessário ter os instrumentos adequados para poder levar adiante um determinado trabalho. Estes instrumentos estavam divididos em inanimados e animados. O escravo era um instrumento, pois estava totalmente subordinado, porém um instrumento animado. O filósofo acrescentou que a produção e a ação, embora fossem essencialmente diferentes, ambas precisavam de instrumentos, mas estes apresentavam necessariamente as mesmas diferenças. A vida era ação, não produção, e por isso o escravo era subordinado para a ação. (p. 7-8, I, 4)

Tal visão foi manipulada pela Igreja Católica que, pelas mais diversas razões, preferia se aliar à escravidão do negro africano, fato que amparou a escalada e o alargamento da prática do escravagismo. O descaso da Igreja não era arrazoado diante do sofrimento causado, como bem desenhou Eduardo Bueno em *Brasil: uma História* (2010), o quadro de horrores do tráfico negreiro:

> Terá sido o pior lugar do mundo, o ventre da besta e o bojo da fera, embora para aqueles que eram responsáveis por ele, e não estavam lá, fosse o mais lucrativo dos depósitos e o mais vendável dos estoques. No porão dos navios negreiros que por mais de 300 anos cruzaram o Atlântico, desde a costa oeste da África até a costa nordeste do Brasil, mais de 3 milhões de africanos fizeram uma viagem sem volta, cujos horrores geraram fortunas fabulosas, ergueram impérios familiares e construíram uma Nação. O bojo dos navios da danação e da morte era o ventre da besta mercantilista: uma máquina de moer carne humana, funcionando incessantemente para alimentar as plantações e os engenhos, as minas e as mesas, a casa, e a cama dos senhores – e, mais do que tudo os cofres dos traficantes de homens (BUENO, 2010, p. 124).

Houve os que defenderam, cuidaram ou tentaram, pelo menos, se dedicar aos cuidados da vida dos negros escravizados. Laurentino Gomes, em *Escravidão*, tratou do zelo dispensado por Pedro Claver, santificado pela igreja católica, para os escravizados que chegavam nos portos:

---

[21] ARISTÓTELES. *Política*. (tradução) Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo. Ed. Edipro, p.17.

> A escravidão produziu pelo menos um grande santo para a Igreja Católica. O jesuíta espanhol Pedro Claver, natural da Catalunha, nascido em 26 de junho de 1580, passou mais de 40 dos seus 74 anos de vida à espera dos navios negreiros que atracavam no porto de Cartagena das Índias, atual Colômbia, um dos maiores entrepostos de comércio de escravos da América entre os séculos XVI e XVII. Os cativos ali chegavam assustados, abatidos e doentes, depois de uma longa travessia, de quase dois meses entre a África e o Novo Mundo. Muitos tinham ferimentos provocados pelas correntes e grilhões que os imobilizavam durante a viagem. Outros estavam desidratados e desnutridos, sem condições de se manter de pé pelas próprias forças. Claver então descia aos porões escuros, fétidos, sem ventilação e, durante dias, se dedicava a cuidar dos mais fracos: curava feridas, providenciava água, comida e agasalhos, confortava os desesperados. A certa altura, essa missão tornou-se de tal forma dominante em sua vida que Pedro Claver fez um quarto voto, particular, além dos três exigidos pela ordenação sacerdotal: o de ser "sempre escravo dos etíopes" — em latim, conforme consta em sua biografia, "*aethiopum semper servus*". Etíopes era o nome genérico usado para designar os africanos nessa época. Ele cumpriu fielmente essa promessa até o fim da vida, em 8 de setembro de 1654, vítima de uma epidemia de peste que assolava Cartagena. Ao longo de quatro décadas, por suas mãos caridosas teriam passado mais de 300 mil cativos. "Pedro Claver é o santo que mais me impressionou depois da própria vida de Cristo", declarou o papa Leão XIII, ao canonizá-lo em 1888, por coincidência o ano da assinatura da Lei Áurea, que libertou os escravos no Brasil, o último país da América a fazê-lo. Pedro Claver, hoje padroeiro da Colômbia, virou santo pela sua extraordinária obra de misericórdia, mas também por ter sido uma raridade na trágica história da Igreja relacionada à escravidão. Durante cerca de quatrocentos anos, padres, bispos, cardeais e Ordens religiosas não apenas apoiaram como participaram do tráfico de escravos e lucraram com ele. Nesse longo período, foram escassas as vozes dentro da hierarquia católica que se ergueram contra o cativeiro dos africanos. Havia exceções, mas eram relativamente raras. (pág. 188)[22]

Assim era a realidade daqueles que cruzavam o oceano. Os que chegavam vivos à costa brasileira eram inseridos no contexto da escravidão; as atividades de exploração os relegavam a sequer decidirem minimamente sobre suas próprias vidas.

Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, o descompasso que seguiu continuava a assolar a vida dos ex-escravos e seus descendentes. Afinal não havia nenhuma organização estatal para receber os negros libertos e os inserirem à sociedade. As condições permaneceram análogas à escravidão, quando não, ainda pior, pois não houve um programa de amparo e inserção do povo negro no mercado de trabalho ou de moradia própria.

---

[22] GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. ed. - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

Esse quadro, por evidente, motivou os negros livres a permanecer nas terras nas quais viviam e a trabalhar como mão de obra igualmente sem pagamento pelo trabalho, explorados pelos antigos patrões que, em troca da permanência da terra, continuavam a se aproveitar da sua mão de obra na lavoura. Mesmo sobrevivendo às intempéries da semiescravidão dificilmente podiam tentar a sorte em outros trabalhos devido às dívidas impagáveis contraídas.

Não existiam direitos fundamentais defendido pelo Estado brasileiro. Aliás, inexistiam quaisquer direitos que não a vida enquanto essa durasse, somente. A sorte dos negros ex-escravos dependia de suas resiliências e da força que encontravam na religiosidade que ordinariamente traziam consigo.

Era necessário fugir da condição de instrumento produtivo ainda imposto pelo escravismo e criar espaços próprios para constituir famílias, criar filhos, se divertir, cultuar seus deuses africanos e mesmo os católicos que veneravam na nova vida.

Para sobreviver e modificar sua vida no mundo da escravidão, os ex-escravos tiveram que recorrer às lembranças da África e às experiências acumuladas ao longo da vida no cativeiro.

Os trabalhos na lavoura e no engenho não eram tudo o que sabiam fazer: eram também obrigados a construir e reparar cercas, cavar poços, consertar e fazer estradas e pontes, manter a casa-grande de lenha, reparar os carros de boi, pastorear o gado e outros animais, cuidar do pomar e muitas outras serventias. Mesmo assim tinham que providenciar em parte, ou totalmente, seu próprio alimento caçando, pescando ou cuidando da própria roça em momentos vagos que geralmente nem existiam.

Albuquerque e Fraga Filho, em *Uma História do negro no Brasil* afirmou:

> A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador. (p. 67-69)

Por isso, afirmam os autores, “pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos” (p. 69).

Mesmo com a jornada de humilhações à procura da sobrevivência, escritores, articulistas e pesquisadores tendiam a romantizar os acontecimentos o que trazia uma falsa impressão de que, embora triste, a sobrevivência do negro ex-cativo estava associada ao heroísmo ou ao homem forte que sobrevivia a qualquer intempérie.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, defendeu que os negros escravos eram bem tratados, pelo menos em parte, ainda que em circunstâncias adversas, como no excerto:

> Da energia africana ao seu serviço cedo aprenderam muitos dos grandes proprietários que, abusada ou esticada, rendia menos que bem conservada: daí passarem a explorar o escravo no objetivo do maior rendimento, mas sem prejuízo da sua normalidade de eficiência. A eficiência estava no interesse do senhor conservar no negro - seu capital, sua máquina de trabalho, alguma coisa de si mesmo: de onde a alimentação farta e reparadora que Peckolt observou dispensarem os senhores aos escravos no Brasil. A alimentação do negro nos engenhos brasileiros podia não ser nenhum primor de culinária; mas faltar nunca faltava. E sua abundância de milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agrícola. O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal, e dele parece que numerosos descendentes conservaram bons hábitos alimentares, explicando-se em grande parte pelo fator dieta - repetimos - serem em geral de ascendência africana muitas das melhores expressões de vigor ou de beleza física em nosso país: as mulatas, as baianas, as crioulas, as quadraronas, as oitavanas, os cabras de engenho, os fuzileiros navais, os capoeiras, os capangas, os atletas, os estivadores no Recife e em Salvador, muitos dos jagunços dos sertões baianos e dos cangaceiros do Nordeste. (FREYRE, p. 106)

Ainda que Freyre estivesse certo sobre a constatação de que em determinados ambientes pudessem ser encontrados negros escravizados não tão maltratados, mas o contrário é também retratado em diversas outras obras.

Desmanchar o mundo colonial não significava que depois da abolição a vida dos ex-cativos se tornaria menos penosa. Ao contrário. Mesmo diante de todo o sofrimento da escravidão, o desconhecido era outra perversidade que afligia aqueles seres humanos. Não bastassem as dificuldades imensas advindas do cativeiro ainda precisariam sair em busca de uma vida nova e uma identidade própria onde já sabiam que não seriam bem-vindos. Por isso

uma grande parcela dos negros escravizados se recusava a deixar a vida que levavam. Não por ser amena, mas por saber o que lhes aguardava lá fora:

Sou negro

Sou negro
meus avós foram queimados
pelo sol da África
minh`alma recebeu o batismo dos tambores
atabaques, gongôs e agogôs
Contaram-me que meus avós
vieram de Loanda
como mercadoria de baixo preço
plantaram cana pro senhor de engenho novo
e fundaram o primeiro Maracatu

Depois meu avô brigou como um danado
nas terras de Zumbi
Era valente como quê
Na capoeira ou na faca
escreveu não leu
o pau comeu
Não foi um pai João
humilde e manso
Mesmo vovó
não foi de brincadeira
Na guerra dos Malês
ela se destacou

Na minh`alma ficou
o samba
o batuque
o bamboleio
e o desejo de libertação.
(TRINDADE, internet) [23].

[23] TRINDADE, Solano. Sou negro. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/consciencia-negra-poemas/, acessado em 19.8.2022.

3 - *TORTO ARADO*: AS MARCAS DA CASA GRANDE E DA SENZALA.

Quando se trata de escravidão no Brasil, evidente que o foco maior é no negro africano. Como bem lembrou Joaquim Nabuco houve outros cativos no país, mas nenhuma etnia foi tão escravizada como a africana:

> A escravidão entre nós não teve outra fonte neste século senão o comércio de africanos. Têm-se denunciado diversos crimes no Norte contra as raças indígenas, mas semelhantes fatos são raros. Entre os escravos há, por certo, descendentes de caboclos remotamente escravizados, mas tais exceções não tiram à escravidão brasileira o caráter de puramente africana. Os escravos são os próprios africanos importados, ou os seus descendentes.[24]

Importante lembrar a distância no tempo em que Nabuco viveu em relação à chegada do colonizador português. Nabuco minimizou a escravidão indígena, devido, ao certo, à pouca importância que se dava, até então, ao tratamento dado aos índios desde a colonização. Enfatizou, entretanto, a proporção colossal do negro africano escravizado e exportado.

O país viveu, portanto, com as agruras da escravidão entranhadas nas mais profundas das raízes sociais e culturais. Não há como dissociar-se do universo da escravatura do negro africano, especialmente em momentos posteriores a abolição em 1888. Na obra de Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro* (2000), é incontestável que a libertação do escravo no Brasil não significou liberdade de fato. Aliás, décadas se passaram e as marcas da escravidão eram indeléveis na sociedade brasileira. Mesmo mais de século depois, é notório as cicatrizes de tempos obscuros:

> Luccock tentou libertar duas de suas escravas antes de voltar para a Inglaterra, mas elas lhe pediram que obtivesse para elas posições em outra família inglesa no Rio. O que lhe disseram ilustra alguns dos problemas das mulheres libertas: "A Inglaterra, nos dizem, é muito fria, e não vamos gostar; e o que faremos com nossa liberdade aqui? Temos tudo o que desejamos, o senhor nos dá comida e roupas, e, se ficamos doentes, dá-nos remédios e cura-nos; mas se tivermos nossa liberdade, não teremos ninguém para cuidar de nós". [25]

Os escravos, portanto, mesmo após libertados, amargaram reveses de uma sociedade totalmente despreparada e intolerante para recebê-los.

---

[24] NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000, p.23.
[25] KARASCH, Mary C. (Trad. Pedro Maia Soares). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 472.

A obra de Itamar Vieira Júnior, *Torto Arado*, divide-se em três partes: “Fio de corte”; “Torto Arado” e “Rio de Sangue”, das quais duas narram, através das vozes femininas das personagens principais Bibiana e Belonísia, suas impressões do mundo pelo viés de descentes de escravos, livres ou alforriados, em meados do século XX. A terceira voz sugere uma entidade onisciente. A verossimilhança com o Brasil colonial está presente em vários ambientes da história, que mesmo ausente em adjetivos, manifesta-se culturalmente, enraizado e vívido nas sociedades modernas. Dentre outras questões, a história ambienta-se, também, em dilemas sobre propriedades e a dificuldade de negros descendentes de escravos de consolidar-se como cidadãos e sobreviver no ambiente pós-escravidão moderno.

A história de Belonísia e Bibiana é narrada em primeira pessoa pelas próprias irmãs e pela entidade Santa Rita Pescadeira. Bibiana narra a primeira parte, “Fio de corte”; Belonísia, a segunda, “Torto arado”; e Santa Rita Pescadeira, um espírito chamado de Encantada pelo autor, narra “Rio de sangue”. A entidade religiosa possui alguma onisciência, é capaz de enxergar com alguma distância os acontecimentos. Belonísia perde a língua em um acidente quando criança e assim a história se desenvolve.

O capítulo inicial permite compreender o contexto em que a obra será ambientada. Bibiana começa narrando o acontecimento que entrelaçará toda a trama. Donana, avó das irmãs Bibiana e Belonísia, surge com a característica mais marcante presente em todos as personagens da história: uma personalidade forte e resiliente, pessoas cujas histórias pessoais se confundem com a História do negro africano escravizado, trazido à força de suas terras natais e obrigados a sobreviver frente a perversidade de seus senhores e das circunstâncias terríveis a que eram submetidos.

Já nos parágrafos exordiais o autor conduz o leitor a sentir o gosto e o cheiro do sangue que cortou a língua de Belonísia. Bibiana passa a ser a voz das duas diante da mudez da irmã. Donana, a avó, seu filho e pai das meninas, Zeca Chapéu Grande e a mãe das irmãs, Salustiana, introduzem na narrativa a força do negro liberto nas tradições e na religião que mantém vivas.

A narração da obra é dividida em três vozes femininas: Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, essa última uma entidade que possui o poder de se apropriar do corpo de pessoas, fato que inter-relaciona a narrativa entre o corpo e a terra, com o espírito e a religiosidade dos personagens. A história se passa no interior da Bahia, mais precisamente na região da

Chapada Diamantina. Nota-se, temporalmente, que acontece em meados do Século XX e, mesmo com a escravidão já extinta, ressalta que as consequências nas vidas dos descendentes ainda é uma realidade.

O primeiro capítulo, "Fio de corte", é narrado, como dito, por Bibiana e mostra o forte laço entre seus familiares e a importância dos mais velhos e sua experiência sobre os mais jovens. Após o acidente que mutilou sua irmã, Bibiana conta como se deu o socorro e os cuidados que se seguiram por toda a família. A cumplicidade entre as irmãs se fortalece e a capacidade de interpretar a comunicação foi criada a partir do vínculo afetivo entre elas e os demais familiares. As descrições dos ambientes em que viviam mostra ao leitor as dificuldades enfrentadas por aquela comunidade.

Sutério é o gerente da fazenda a quem Zeca Chapéu Grande é subordinado, mas mostra também a forte influência de Zeca, pai das meninas, diante de seu caráter trabalhador, honesto e religioso. Salustiana, mulher de Zeca, mulher firme, educa as filhas, cuida da casa e mantem ao lado de Zeca influência sob a comunidade em que vivem, além de herdar a função de parteira, exercida também por Zeca. Donana, sente-se responsável pelo acidente ocorrido com a filha, e com o peso de todas as dificuldades ocorridas em sua vida, e começa a dar sinais de confusão mental. No primeiro capítulo, o autor traz a história de vida de Donana.

Fusco, o cãozinho de companhia de Donana faz lembrar "Baleia", a cadelinha sonhadora e carismática de Fabiano e sua família de *Vidas Secas*[26].

Domingas, irmã de Bibiana e Belonísia, e Crispiniana e sua irmã gêmea Crispina, embora personagens secundárias, contribuem com a presença feminina de personalidade forte e determinada. A entrada na trama das irmãs gêmeas ressalta a força de curador de Zeca Chapéu Grande "que vivia para restituir a saúde do corpo e do espírito aos que necessitavam"[27]. Severo, primo das meninas Belonísia e Bibiana, junta-se à trama trazendo sentimentos de amor, ciúmes e paixões. Nos capítulos seguintes, Severo passa a ter um papel mais importante quando, a exemplo de líderes de resistências negras, descobre sua capacidade agregadora, de liderança e de boa oratória. As meninas começam a crescer se tornando adolescentes e iniciam a vida púbere chamando a atenção dos homens, apesar do respeito por Zeca. Este, como líder espiritual, conduzia as cerimônias dos Jarês, espécie de ritual religioso de matriz africana dos descendentes de escravos e presente na região da Chapada Diamantina,

[26] RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
[27] VIEIRA JR., Itamar. *Torto arado*. São Paulo: Editora Todavia, 2019. p.23.

ambiente da obra. Nos rituais, Zeca era tomado por entidades espirituais que "à medida que os espíritos chegassem e lhe tomassem o corpo para se fazerem presentes"[28]. Zeca, além de líder espiritual era um líder comunitário. Aproveitando a admiração nutrida pelas autoridades, reivindicou a criação de escola, pois "perseguiu com muito afinco a escrita e a leitura dos filhos."[29] Bibiana passou a encontrar-se com Severo, com quem fugiu tempos depois, vindo a casar e ter filhos. Surge dona Miúda, "viúva que morava sozinha num descampado no final da estrada para o cemitério da Viração e que sempre acompanhava as brincadeiras em nossa casa."[30] D. Miúda recebeu o espírito de Santa Rita Pescadeira, de quem nunca se havia ouvido falar.

O capítulo seguinte, "Torto arado", inicia-se com a descrição de um sonho de Belonísia, voz que narra esse capítulo, e que possui uma ligação mais forte com a terra, diferente de Bibiana que pretende seguir o magistério. Belonísia possui uma "Natureza forte e Rude como uma onça", como descreve o autor. *Torto Arado*, o nome dado à obra trata-se de uma analogia ao arado, ferramenta descrita anteriormente como útil ao trabalho no campo. O fato de ser torto é uma alusão à ferramenta velha, que depois de muito utilizada dificultava a tarefa dos agricultores, como a língua de Belonísia. A personagem narra como se transformou sua capacidade comunicativa após o acidente que lhe ceifou um pedaço de sua língua. A capacidade de falar virou um arado torto:

> Passado muito tempo, resolvi tentar falar, porque estava sozinha me embrenhando na mesma vereda que Donana costumava entrar. Ainda recordo da palavra que escolhi: arado. Me deleitava vendo meu pai conduzindo o arado velho da fazenda carregado pelo boi, rasgando a terra para depois lançar grãos de arroz em torrões marrons e vermelhos revolvidos. Gostava do som redondo, fácil e ruidoso que tinha ao ser enunciado. «Vou trabalhar no arado.» «Vou arar a terra.» «Seria bom ter um arado novo, esse arado está troncho e velho.» O som que deixou minha boca era uma aberração, uma desordem, como se no lugar do pedaço perdido da língua tivesse um ovo quente. Era um arado torto, deformado, que penetrava a terra de tal forma a deixá-la infértil, destruída, dilacerada. Tentei outras vezes, sozinha, dizer a mesma palavra, e depois outras, tentar restituir a fala ao meu corpo para ser a Belonísia de antes, mas logo me vi impelida a desistir. Nem mesmo quando o edema se desfez consegui reproduzir uma palavra que pudesse ser entendida por mim mesma. Não iria reproduzir os sons que me provocavam desgosto e repulsa e ser alvo de zombaria para as crianças na casa de Firmina, ou para as filhas de Tonha. (p. 90)

---

[28] *Idem*, p. 44.
[29] *Idem*, p. 46.
[30] *Idem*, p. 58.

Belonísia narra que, mesmo tendo percebido a intenção de sua irmã de fugir, não a denunciou aos seus pais para não a ver sofrendo. Belonísia sofria muito com o acidente que lhe ocorrera, mas não desejava nenhum mal à sua irmã. Sua vida se tornou um tormento sem Bibiana para lhe fazer às vezes de voz, já que perdera a capacidade de falar, especialmente na escola recém-inaugurada. Não gostava da escola, preferia o trabalho duro da roça.

Chegou naquelas terras Tobias, vaqueiro, que logo ganhou a confiança de Sutério. Tobias pede Belonísia em casamento. Casam-se. Ela encontra Maria Cabocla na nova vizinhança. Maria apanha do marido e se socorre com Belonísia. Tobias começa a maltratar Belonísia, ela se ressente do casamento. A agressividade cresce nos meses que se seguem.[31]

Zeca Chapéu Grande estava velho e debilitado. Veio a falecer no seio de sua família recusando-se de tratamentos médicos tradicionais. Belonísia conta o que ouviu sobre seu pai, a história de sua vida. As terras em que viviam, de propriedade dos Peixoto, foram vendidas. Os novos proprietários eram um casal com dois filhos. Ele, Salomão, ela, Estela. Sutério havia se aposentado. Severo continuava discursando e virou desafeto do novo proprietário. Quando se preparava para ir a mais uma reunião acabou assassinado:

> Meu cavalo morreu e não tenho mais montaria para caminhar como devo, da forma que um encantado deve se apresentar entre os homens, como deve aparecer por esse mundo. (p. 145)

O capítulo “Rio de Sangue” é narrado pela encantada Santa Rita Pescadeira, a entidade, cuja narração é onisciente, dá algumas explicações. Discorre sobre quem é Miúda cujo corpo serviu de acolhida até morrer e por quem tinha profunda admiração por sua força e determinação. Provavelmente a personagem feminina mais sofrida, com mais histórias. Diante do vigor da personalidade da possuída, a entidade e o corpo se transformavam em uma só essência.

Santa Rita Pescadeira é uma entidade religiosa cuja história é conhecida através da tradição dos moradores da região da Chapada Diamantina, na Bahia, onde a obra é ambientada. Nem o próprio autor da obra encontrou maiores relatos, que não fossem orais,

---

[31] *Idem*, p. 94.

sobre a encantada. Por isso muito não se sabe sobre a origem de Santa Rita Pescadeira além do que Vieira Júnior escreveu:

> Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Procurando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores. Não poderiam arriscar fingindo que nada mudou porque os homens da lei poderiam criar caso. Passaram a lembrar para seus trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora. A batata-doce do café da manhã. (p. 146)

Compreende-se ser Santa Rita Pescadeira uma descendente de escravos, que vive entre eles como um espírito vagante e que se apossa de corpos não só nos rituais religiosos, mas também em momentos críticos:

> Me embrenhei entre o povo que os donos da terra chamavam de trabalhador, e morador. Era o mesmo povo que me carregou nas costas quando eram escravos das minas, das lavouras de cana, ou apenas os escravos de Nosso Senhor Bom Jesus. Me acolhia num corpo, acolhia em outro, quando tinha abundância de água nessas terras. (p.146)

Era protetora do corpo de quem apossava e tinha por Miúda especial apreço:

> Até ficaram surpresos quando apareci, certa vez. Me olharam e riram como se fosse uma assombração. Miúda roçava, mas sua paixão era pescar. Era acordar de madrugada e seguir sozinha para a beira do rio. Levava os filhos, mas quando eles foram embora, Miúda pescou sem eles. Dormia na beira do rio sem medo de onça nem de cobra. Eu era a sua encantada, que domava seu corpo sem assombro. Protegia meu cavalo. Meu cavalo que dançava atirando a rede, no meio da casa do curador Zeca Chapéu Grande. Meu cavalo não usava sapatos porque seus pés eram as minhas raízes e me firmavam na terra. Seus braços eram minhas nadadeiras e me moviam na água. Montei o meu cavalo por anos, que nem posso contar. Mas agora, sem corpo pra me apossar, vago pela terra. (p. 147)

A entidade, acostumada a “montar o cavalo” chamado Miúda por anos, ou seja, a apossar de seu corpo, aparenta desalento por saber a força que aquela escrava possuía e não poder encontrar alguém a sua altura. Lembra que quando decidiu “montar” o corpo de Miúda, o fez “para dar um sentido às suas forças, que se esvaíam sem os filhos”.[32]

Santa Rita Pescadeira estava próxima ao acontecimento que ceifou a vida de Severo, já fora do corpo de Miúda, que havia falecido. Comovida, passa a narrar as tragédias que pairaram sobre a vida dos negros e que testemunhou. Narra que suas “forças alcançavam os que necessitavam”.[33] Descreve o momento em que Belonísia encontra a velha faca que lhe cortou a língua.

Onisciente, a entidade narradora conta a história de quando Donana, avó de Belonísia e Bibiana, roubou a faca de um viajante, os acontecimentos seguintes e a maldição que pairava sobre aquele instrumento brilhoso. Narra a estranha rotina de Bibiana, ao sair de casa pelas madrugadas com uma enxada a cavoucar a terra e os acontecimentos que emudeceram Belonísia para sempre.

Santa Rita Pescadeira, enternecida com o sofrimento das irmãs Bibiana e Belonísia, descreve sua sensação no momento em que possuiu o corpo de ambas. “Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui de sua vida”[34], assim a entidade conduz, com a experiência e a vivência de tantas vidas, o deslinde da obra, de uma forma que somente ela, a encantada, com a força e a natureza das irmãs, poderia fazer.

Gislene Pereira, em *Propriedade da terra: um conceito em duas linhas*[35] trabalha a trajetória do conceito de propriedade no Brasil e propõe a articulação “dois mundos paralelos: o mundo dos fatos históricos reais (obtidos na pesquisa) e o mundo dos fatos ficcionais (obtidos por meio de obras literárias)”. A pesquisadora compara o universo literário com o conceito histórico de propriedade e traz *Torto Arado* como uma de suas fontes de análise:

> ...eu queria contar a história das personagens [personagens do livro], mas essa história não poderia estar desconectada de um contexto do mundo em que vivemos. Se elas estavam ali, no sertão da Bahia, se viviam numa fazenda onde seu trabalho era explorado, inevitavelmente essa história iria

[32] *Idem*, p.162.
[33] *Idem*, p.162.
[34] *Idem*, p.187.
[35] PEREIRA, Gislene: Propriedade da terra: um conceito em duas linhas. Disponível em https://orcid.org/0000-0003-0426-8314. Acesso em 28.8.2022.

> ser contada como tal. É difícil escrever um romance desconectado do nosso mundo. [36]

E conclui, acreditando que *Torto Arado* pode demonstrar as relações sociais que conformam o conceito de propriedade no recorte temporal da narrativa ou, como o autor coloca, pode negar essa realidade". (PEREIRA, p. 4)

Diante dessa constatação observa-se em Gilberto Freyre (1999), o excerto:

> A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros.[37]

Em *Torto Arado*, Itamar Vieira Júnior expõe os privilégios dos proprietários das terras no momento em que estes são possuidores de bens distantes da realidade da maioria dos negros que ocupavam essas propriedades:

> O gerente da fazenda chegou numa Ford Rural branca e verde para nos conduzir ao hospital. Essa Rural, como chamávamos, servia aos proprietários quando estavam na fazenda, servia a Sutério para os trabalhos como gerente, se deslocando entre a cidade e Água Negra, ou percorrendo as distâncias na própria fazenda, quando não queria fazer a cavalo.[38]

Privilégios que chamou a atenção das protagonistas, crianças negras que pouco contato tinham com pessoas brancas: "Foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta. E vi como as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar". (p.12)

A pobreza e as dificuldades na vida dos personagens estão registradas ao longo da obra, como no pensamento das meninas:

> Nunca havíamos andado no Ford Rural da fazenda ou em qualquer outro automóvel. E como era diferente o mundo além de Água Negra! Como era diferente a cidade com suas casas grudadas uma às outras, dividindo paredes. As ruas calçadas com pedras. O chão das nossas casas e dos caminhos da fazenda eram de terra. De barro, apenas, que também servia

---

[36] VEIGA, E. *Torto Arado* reflete passado escravagista mal resolvido. 15.3.2021. Disponível em: https://p.dw.com/p/3qXYj) *Idem*, p. 2

[37] FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: José Olympio Editora, 1999. p. 17.

[38] VIEIRA JR., Itamar. *Torto arado*. São Paulo: editora Todavia, 2019. p.11.

> para fazer a comida de nossas bonecas de sabugo, e de onde brotava quase tudo que comíamos. Onde enterrávamos os restos do parto e o umbigo dos nascidos. Onde enterrávamos os restos de nossos corpos. Para onde todos desceriam algum dia. Ninguém escaparia. (p. 13)

Gilberto Freyre ao tratar da descendência ou "degenerescência", como chama, constatou que a fortuna no Brasil era de origem, principalmente, agrária e baseada especialmente no açúcar e no café. Além disso, sempre com "dependência do escravo negro: (FREYRE, p. 257)

> Homens de fortuna feita em açúcar e em negros devem ter sido todos aqueles "moradores ricos de fazendas de raiz" de que nos fala Gabriel Soares: os mais de cem moradores da Bahia do século XVI que tinham cada ano de mil cruzados até cinco mil de renda; senhores cujas fazendas valiam vinte mil até cinquenta ou sessenta mil cruzado. (FREYRE, p. 261)

Em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, é possível notar profundas diferenças na relação entre o senhor de engenho/grande proprietário de terras e o escravo, ou até mesmo o negro liberto ou seus descendentes, trabalhadores livres, mas em condições ainda de semi-escravidão: "O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar". [39]

Vieira Júnior enxerga, através do romance, a mesma disposição para o domínio do grande proprietário de terras que tinha o senhor do engenho e o colonizador português. Mesmo já se passando séculos o tratamento dispensado ao negro livre não diferia tão significativamente do escravizado. Embora tivesse a liberdade o negro na contemporaneidade ainda sofria as sequelas dos tempos de escravidão:

> A família Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra, não viviam a terra, vinham da capital apenas para se apresentar como donos, para que não os esquecêssemos, mas, tão logo cumpriam sua missão, regressavam. Mas havia os fazendeiros e sitiantes que cresceram em número e que exerciam com fascínio e orgulho seus papéis de dominadores, descendentes longínquos dos colonizadores; ou um subalterno que havia conquistado a sorte no garimpo e passava a exercer o poder sobre outros, que, sem alternativa, se submetiam ao seu domínio. (VIEIRA JR., p.37)

---

[39] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.44.

O grande desafio do negro descendente de escravos, trabalhador livre, mas sem posses e com enorme dificuldade em conseguir emprego assalariado, era sobreviver. Pensar em propriedades e em prosperidade não estava no horizonte possível. Diante da fome e da morte iminente ter um trabalho, mesmo sem receber nada, somente com a possibilidade de poder plantar algo para matar a fome era um privilégio.

Em *Torto Arado*, há referências a estas dificuldades:

> O gerente queria trazer gente que «trabalhe muito» e «que não tenha medo de trabalho», nas palavras de meu pai, «para dar seu suor na plantação». Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada. Podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos. Seria gente de estima, conhecida, afilhados do fazendeiro. Dinheiro não tinha, mas tinha comida no prato. Poderia ficar naquelas paragens, sossegado, sem ser importunado, bastava obedecer às ordens que lhe eram dadas. Vi meu pai dizer para meu tio que no tempo de seus avós era pior, não podia ter roça, não havia casa, todos se amontoavam no mesmo espaço, no mesmo barracão. (VIEIRA JR, p. 29)

Holanda anota que mesmo a menor perspectiva de nobreza, permitia ao homem branco, ou colono, proprietário de terras, explorar negros livres:

> Outro empecilho vinha, sem dúvida, do recurso muito ordinário aos chamados “negros de ganho” ou “moços de ganho”, que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivo destes. Assim, qualquer pessoa com fumaças de nobreza podia alcançar proveitos derivados dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos. (HOLANDA, p. 59)

No romance *Torto Arado*, o autor mostra em algumas oportunidades como era dura a vida do negro liberto. A liberdade, por si só, não era sinônimo de sobrevivência quiçá felicidade. Era, portanto, na religião, na cultura, nos costumes e em pequenos símbolos e gestos que o negro livre aproveitava alguns momentos mais amenos:

> Meu tio viajou no lombo de um burro, a mulher em outro, os filhos caminhando, se revezando na travessia para a montaria dos animais. Foram morar numa construção de alvenaria, uma casa vazia que abrigava os trabalhadores que chegavam. Era permitido que se hospedassem ali até a

> aceitação definitiva da morada, dada de acordo com a produtividade e a disposição para o trabalho da nova família. Se aceitos, destinava-se a eles uma parcela de terra para que pudessem construir a tão almejada casa e ter seu quintal e animais pequenos. (ITAMAR, p, 30)

O medo era uma constante na vida dos negros descendentes de escravos e que já desfrutavam da liberdade. Medo da fome, do abandono, do castigo físico, da humilhação e da morte. Mesmo no Século XX, quando foi ambientado o romance *Torto Arado*, a liberdade possuía um preço para os negros:

> Eu e Belonísia ouvíamos a conversa das filhas de dona Carmeniuza e dona Tonha. Elas falavam da visita dos patrões às roças da fazenda. Queriam saber se eles haviam chegado por aqui, se tinham levado as batatas do nosso quintal também. «Mas as batatas do nosso quintal não são deles», alguém dizia, «eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas pra chá levam. E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores» – disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. «Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana.» Poderiam muito bem comprar batata e feijão no armazém ou na feira da cidade. Nós é que não conseguíamos comprar nada, a não ser quando vendíamos a massa do buriti e o azeite de dendê, escapulindo dos limites da fazenda sem chamar a atenção. «Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo» – alguém disse, num sentimento de deboche e indignação. (ITAMAR, p. 32)

A manutenção do sistema da escravatura, mesmo após a abolição, só se tornou possível diante da inação dos atores envolvidos: o Estado ainda não contava com meios eficientes de fiscalização e de suporte, a despeito de ter ou não interesse, e muito menos possuía estrutura e metodologia social para amparar os milhares de negros libertos e seus descendentes. A começar pelo fato de não ter havido planejamento quando da abolição que pudesse acolher aqueles seres humanos e permitir um recomeço com alguma dignidade. A mudança se deu lenta e gradualmente sem que as autoridades se envolvessem no processo para que os traumas e consequências fossem amenizadas. Por fim, a economia ainda dependia da mão de obra escrava. Os Grandes proprietários não estavam dispostos a arcar com os custos, ainda que baixos, de trabalho assalariado. O atraso foi de tal proporção que os

sintomas do escravagismo são sentidos até os dias atuais. Albuquerque e Fraga Filho, em *Uma história do negro no Brasil*[40] anotaram assim:

> A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 65-66)

Apesar de conviver com os resquícios da escravidão, já era possível observar no horizonte alguma mudança que pudesse alimentar a esperança por dias melhores:

> Apesar das mudanças lentas, muitas interdições impostas pelos fazendeiros ainda continuavam a valer. O dinheiro não era usado para melhoria das casas que continuavam a ser de barro, continuávamos sem poder construir casa de alvenaria. Mas o povo começou a melhorar o seu interior: colchões de espuma para substituir os colchões de palha de milho, uma cama, mesa e cadeiras, remédios, roupas e alimentos. Panelas e colchas que os ciganos vendiam de tempos em tempos em nossas portas. (VIEIRA JÚNIOR, p. 111)

Ainda assim, a exploração era tamanha e o cansaço maltratava tanto que afetavam as crianças e mulheres a ponto de não suportarem até serem levadas a morte. A mortalidade infantil era altíssima, em especial devido às péssimas condições de higiene e trabalho a que eram submetidas, além da alimentação deficiente e pouco descanso.

Torto Arado não deixou de registrar essa dura realidade:

> As crianças eram as que mais padeciam: paravam de crescer, ficavam frágeis e por qualquer coisa caíam doentes. Perdi a conta de quantas não resistiram à má alimentação e seguiram sem vida, em cortejo, para o cemitério da Viração. A morte apeava nas casas dos nossos vizinhos e, mesmo com todo esforço de Zeca Chapéu Grande para restituir a saúde e o vigor às crianças doentes, muitas não resistiam. As velas que meu pai acendia para cada criança pareciam não querer permanecer acesas: mesmo sem ventos ou golpes de ar, se apagavam. Não havia remédio, dizia sem se conformar com a sua incapacidade de reverter a situação. Que procurassem outro curador ou se conformassem com os desígnios de Deus. (VIEIRA JÚNIOR, p. 49)

---

[40] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

O romance deixa no leitor uma vontade inarredável de que mudanças positivas possam ocorrer ao longo da leitura. A vida sofrida dos personagens, com ênfase nas mulheres que são sempre fortes, lutadoras, resilientes e possuem os espíritos mais guerreiros, nutre a expectativa de terem, elas, o melhor destino na trama:

> Meu pai havia nascido quase trinta anos após declararem os negros escravos livres, mas ainda cativo dos descendentes dos senhores de seus avós. Minha avó, Donana, havia dado à luz ao filho José Alcino em meio a uma plantação de cana na Fazenda Caxangá. Ele nasceu no meio de um charco, porque não haviam permitido que sua mãe deixasse de trabalhar naquele dia. Meu pai veio ao mundo cercado das mulheres que, assim como minha avó, cortavam apressadas a cana sob a vigilância dos capatazes da fazenda. Donana dizia que ele nasceu com os olhos esbugalhados e não chorou nos primeiros minutos. Quase sem forças o levou ao seio para que tomasse de seu peito. Somente depois de saciado deu um berro, que pôde ser ouvido de longe, anunciado sua chegada. (VIEIRA JÚNIOR, p. 118)

Em *uma história do negro no Brasil*[41], os autores permitem uma simplória visualização da rotina do africano escravizado:

> Normalmente, os cativos levantavam-se por volta das cinco horas da manhã e ao toque do sino do feitor se reuniam no terreiro para receberem as ordens do dia. Em alguns engenhos, e sobretudo nos pertencentes a ordens religiosas, os escravos eram obrigados a fazer uma oração matinal antes de seguir para o trabalho no canavial. Em geral trabalhavam em turmas que reuniam dez ou quinze cativos. A labuta era às vezes embalada por cantos para manter o ritmo do grupo. Às nove horas os cativos paravam para uma pequena refeição e três ou quatro horas depois almoçavam ali mesmo no campo. Depois disso, continuavam trabalhando até o anoitecer. Preparar o campo, abrir sulcos para o plantio e depois afastar as ervas daninhas do canavial, a chamada limpa, eram tarefas penosas, especialmente em solo pesado como eram os destinados ao cultivo da cana. A limpa era feita de sol a sol e muitas vezes os escravos eram obrigados a realizá-la depois de terem cumprido outras tarefas. A colheita era feita por homens, mulheres e crianças. Os homens cortavam cana e retiravam as folhas, as mulheres e crianças reuniam as canas em feixes para serem transportadas. O corte da cana era feito na base de cotas, cada escravo era obrigado a cortar certa quantidade de cana. Após completar sua tarefa, o escravo estava livre para usar o tempo como quisesse. (ALBUQUERQUE, p. 70)

---

[41] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

E prossegue dispondo de alguns dados para melhor estratificar a questão da mortandade de crianças e mulheres escravas, tal qual romanceado em *Torto Arado:*

> Nos engenhos o índice de mortalidade era alto e o de nascimentos baixo, por isso havia necessidade permanente de adquirir novos escravos para substituir os que morriam ou envelheciam. No século XIX, cerca de 6 por cento dos escravos e escravas dos engenhos padeciam de "cansaço", possivelmente uma doença relacionada ao desgaste ou exaustão que os impedia de trabalhar. No engenho Sergipe do Conde, no Recôncavo baiano, entre 1622 e 1653, cerca de cinco escravos eram comprados por ano para manter o grupo de aproximadamente setenta cativos. O trabalho na lavoura era extremamente penoso para as mulheres, especialmente se estivessem em período de gestação ou amamentando. As altas taxas de aborto e mortalidade infantil nos engenhos estavam relacionadas à sobrecarga de trabalho, principalmente nas épocas de colheita, quando se intensificavam as atividades. (ALBUQUERQUE, p. 72)

Não bastasse as dificuldades das condições sociais, as humilhações e a desesperança, os negros livres descendentes de escravos tinham que lidar com as condições precárias de trabalho a que eram submetidos. Surge daí a inspiração para o título da obra, a partir de uma tecnologia existente à época, que, em tese, estaria a serviço do homem para maximizar seu rendimento no trabalho rural, mas que nem sempre funcionava tão bem. A ferramenta, o arado, trazido pelo europeu, possuía características peculiares. Era útil e melhorava o rendimento do plantio e da colheita, contudo, como elaborado no romance, o equipamento velho e com defeito, mesmo puxado pela força dos animais, tornava penosa a tarefa, diante do estado do aparelho. O autor aproveita para metaforizar o uso do velho equipamento com a fala da personagem com sua deficiência originado por um acidente:

> Passado muito tempo, resolvi tentar falar, porque estava sozinha me embrenhando na mesma vereda que Donana costumava entrar. Ainda recordo da palavra que escolhi: arado. Me deleitava vendo meu pai conduzindo o arado velho da fazenda carregado pelo boi, rasgando a terra para depois lançar grãos de arroz em torrões marrons e vermelhos revolvidos. Gostava do som redondo, fácil e ruidoso que tinha ao ser enunciado. «Vou trabalhar no arado.» «Vou arar a terra.» «Seria bom ter um arado novo, esse arado está troncho e velho.» O som que deixou minha boca era uma aberração, uma desordem, como se no lugar do pedaço perdido da língua tivesse um ovo quente. Era um arado torto, deformado, que penetrava a terra de tal forma a deixá-la infértil, destruída, dilacerada. Tentei outras vezes, sozinha, dizer a mesma palavra, e depois outras, tentar restituir a fala ao meu corpo para ser a Belonísia de antes, mas logo me vi impelida a desistir. Nem mesmo quando o edema se desfez consegui

> reproduzir uma palavra que pudesse ser entendida por mim mesma. Não iria reproduzir os sons que me provocavam desgosto e repulsa e ser alvo de zombaria para as crianças na casa de Firmina, ou para as filhas de Tonha. Durante todos esses anos, somente quando estava só, e mesmo assim muito raramente, ousava dizer algo. Era um tipo de tortura que me impunha de forma consciente, como se a faca de Donana pudesse me percorrer por dentro, rasgando toda a força que tentei cultivar desde então. Como se o arado velho e retorcido percorresse minhas entranhas lacerando minha carne: (ITAMAR, p. 90)

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio B. de Holanda faz menção ao arado e discorre sobre a característica peculiar da engenhoca que, embora muito útil, com o passar do tempo e envelhecimento estorvava seu uso:

> O escasso emprego do arado, por exemplo, em nossa lavoura de feição tradicional, tem sua explicação, em grande parte, nas dificuldades que ofereciam frequentemente ao seu manejo os resíduos da pujante vegetação florestal. (HOLANDA, p. 52)

Uma das principais características do latifúndio é o status de dominação que traz consigo[42]. Adveio da colonização portuguesa no Brasil o latifúndio da terra e o poder político e econômico do colonizador e, posteriormente, do latifundiário. A possibilidade de o negro, pobre e descendente de escravos principalmente, conquistar um lugar decente na sociedade era bastante improvável. O pouco acesso à escola, aos estudos e a necessidade de trabalhar para se alimentar e à família diminuíam ainda mais as chances de ocupar melhores posições sociais. Sobre esta condição assim discorreu Holanda:

> O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo — a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais — mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação. (HOLANDA, p.85)

---

[42] CORRÊA, Ana Laura dos Reis; HESS, Bernard Herman; ROSA, Daniele dos Santos. CADERNO DE LITERATURA. Um percurso de formação em literatura na Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

As marcas desta circunstância, a do não acesso ao negro e trabalhadores em geral, mas especialmente do descendente do negro escravizado, a melhores condições de vida permaneceram através dos tempos trazendo uma desigualdade pujante na sociedade brasileira. Em Torto Arado, o autor permeia essa condição de desigualdade econômica e política que irrompem para os acontecimentos mais tensos da trama:

> Zezé voltou à lida, sem estender a conversa. Meu pai não falou o nome de Severo, mas sabia que ele andava de conversa com o povo da fazenda contando história de sindicato, de direitos, de lei. Estava levando essas conversas para os campos de trabalho. Sabia também que o assunto já deveria estar no ouvido de Sutério. Zezé deixou de falar na frente do nosso pai, em respeito, mas voltou ao assunto vez ou outra, desconsiderando seu pensamento. Ele não comentava, mas continuou a indagar sobre as mesmas questões, continuava a expor suas ideias [...]Indomável, Severo caminhou por estradas, levantou sua voz em discursos, enfrentou os novos donos e o chefe dos trabalhadores. Mudando a si em meio ao movimento que parecia crescer em nossas vidas, foi moldando Água Negra, fazendo-a se transformar num lugar diferente. (VIEIRA JR. p. 132-141)

Gilberto Freyre anotou a tendência de alguns negros para a rebeldia e para a desobediência: “e sublinha o fato de muito negro ter deixado o litoral ou a zona açucareira para ir se aquilombar no sertão: ‘Muitos escravos fugiam para se aquilombar nas matas, nas vizinhanças de tribos índias.’” (FREYRE, p. 45). Na mesma toada, Albuquerque e Fraga Filho, fizeram essa mesma constatação: “Não podemos esquecer que escravos especializados, feitores e domésticos muitas vezes se transformavam em líderes altivos de revoltas”. (ALBUQUERQUE, p. 76)

Em *Torto Arado* a remissão ao quilombola fica registrado marcando os personagens com a força encontrada nos descentes daqueles que resistiram à escravidão:

> “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas.” Era um desejo de liberdade que crescia e ocupava quase tudo o que fazíamos. Com o passar dos anos esse desejo começou a colocar em oposição pais e filhos numa mesma casa. Alguns jovens já não queriam permanecer na fazenda. Desejavam a vida na cidade. Os deslocamentos se tornaram mais intensos que no passado, quando nos transportávamos em animais para outros lugares, cidade e os povoados vizinhos. (VIEIRA JR, p. 133)

A despeito da rebeldia de alguns escravos, comunidades de negros fugidos se formaram em grupos pequenos e outros maiores, conhecidos como quilombolas, que contribuíram, como o negro em geral, para a formação da sociedade brasileira moderna, como é conhecida hoje:

> À influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. Nos próprios domínios da arte e da literatura ela encontra meios de exprimir-se, principalmente a partir do Setecentos e do rococó. (HOLANDA, p. 63)
>
> Missão que quiséramos fosse melhor conhecida pelos nossos indianófilos. Roquette-Pinto foi encontrar evidências, entre populações do Brasil Central, da ação europeizante de negros quilombos. Escravos fugidos que propagariam entre os indígenas, antes de qualquer missionário branco, a língua portuguesa e a religião católica. (FREYRE, p. 289)

A obra de Itamar Vieira Júnior explora, em quase todos os momentos, os costumes, a cultura e a religião do negro escravizado e forçosamente ambientado nas terras brasileiras. Mesmo diante de tanto sofrimento e das adversidades que enfrentaram com muita resiliência, a força do negro livre, descendente daqueles escravizados, está viva na obra:

> Era filha da gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada. Gente que atravessou tudo suportando a crueldade que lhes foi imposta. (ITAMAR, p. 188)

CONCLUSÃO

Ao apresentar a análise do colonialismo em *Torto arado* de Itamar Vieira Júnior, dentre outras obras, também, com *Casa grande & Senzala* de Gilberto Freyre, é possível confluir da observação e anotação dos escritores de obras ainda mais antigas e, portanto, mais próximas temporalmente na história dos períodos coloniais e dos momentos que se seguiram à abolição da escravidão que não houve mudanças significativas no tratamento dispensado pelos senhores de engenho e fazendeiros aos escravizados, negros ou não, que trabalhavam naqueles ambientes. Vieira Júnior, escritor contemporâneo, embora com vivência no sertão nordestino, esteve distante temporalmente da escravização e exploração da mão de obra do negro, que ainda existe nos tempos modernos em outros formatos. Apesar deste intervalo temporal, a obra é capaz de realocar o martírio dos escravizados dos períodos coloniais com a vida que levam os negros em tempos modernos, como no período ambientado em *Torto arado*.

O colonialismo não se restringe aos séculos mais distantes da história brasileira. Ainda permanece viva, como observado em recentes episódios envolvendo a exploração de mão de obra escrava descobertas e reprimidas pelo poder público brasileiro. Os descendentes quilombolas ainda experimentam as consequências dos tratamentos desumanos vividos pelos antepassados. A obra de Itamar Vieira Júnior enriquece a literatura por si só. Os personagens são espelhos daqueles negros escravizados, levados à força para lugares distantes e desconhecidos.

No primeiro capítulo, o autor, ao desenvolver a história, apresenta as personagens principais e algumas de suas características mais importantes para compreender toda a trama. Trata logo nas primeiras linhas do acontecimento mais marcante que envolve as duas personagens principais e que norteará os rumos da história. A narrativa é linear e não retoma momentos passados. A sequência é dinâmica e os desenlaces surgirão nos capítulos seguintes com mais riqueza de detalhes. O narrador que representa a voz de Bibiana, narra o episódio da faca que decepa a língua de sua irmã, Belonísia, e a partir daí a estória se desenvolve.

No segundo capítulo, onde Belonísia é a voz que narra os acontecimentos, a trama traz os demais personagens ambientando o leitor no universo quilombola e os acontecimentos que conduzirão o destino destes personagens. A narrativa se dá em um ambiente de pensamentos e reflexões visto que Belonísia perdeu a capacidade de falar. Eventualmente retoma o passado. Há uma sutileza metafórica no simbolismo da ferramenta agrícola chamada de arado e o arado torto, tanto do próprio equipamento velho quanto da língua da personagem narradora, Belonísia. Ressentimentos estão expressos nas palavras de Belonísia.

No último capítulo a narrativa se dá sob a perspectiva da entidade de Santa Rita Pescadeira. A encantada, como é chamada, quase onisciente, traz o mistério para a obra, a magia que fez, e faz parte do universo das religiões africanas, e permite um desdobramento inusitado para a trama.

Sob outro prisma, a força da mulher negra escravizada está viva na obra de Vieira Júnior. Mulheres à sombra de um passado que as explorou à exaustão. O livro mostra o tratamento dispensado pelo senhor de engenho ou, mais modernamente, pelo fazendeiro ou grande proprietário de terras, a estas mulheres negras escravizadas. O ser humano de ontem, que maltratava seus semelhantes, é o mesmo de hoje que ainda maltrata. Em *Torto arado*, ao olhar para o interior dos personagens e para suas histórias, torna lancinante a inclinação da natureza humana em explorar sem pudor a vida de outras pessoas. Itamar Vieira Júnior experimentou sensações, por certo, abomináveis quando de suas pesquisas em comunidades quilombolas e de descendentes de escravos. Entretanto, essa mesma experiência aliada ao seu labor certamente trouxe um olhar mais rebuscado, mais universal e, ao mesmo tempo, mais balizado.

Santa Rita Pescadeira, umas dessas personagens, toma para si as dores de todo um povo sofrido e que por eles se compadece. Suas ações buscam a desforra contra todos aqueles que perderam a compaixão no trato com seus semelhantes. Embora nunca seja vista, a entidade tudo vê e observa e quando os caminhos permitem procura, dentro do corpo de mulheres fortes, como elas, mudar o mundo ao seu redor, moldar o suficiente para que tanta inquietação, tanta adversidade e aflição possa ser alentada.

Para os leitores dos dias atuais, como não é algo observável com muita frequência, em razão especialmente de ocorrerem às escondidas, geralmente em lugares isolados e distante dos olhos do poder público fiscalizador, da imprensa e da sociedade em geral torna-se difícil

visualizar a crueldade dos acontecimentos que ocorreram principalmente nos períodos da colonização no Brasil. Mesmo havendo ainda escravidão estas possuem características diferentes. A história da escravização dos negros africanos, pode ser tida ainda como menos cruel, principalmente, pela romantização dos acontecimentos. *Torto Arado* possui a capacidade de fazer o leitor experimentar um pouco dos sentimentos que jaziam no peito dos personagens, o grito silencioso daqueles que não tinham voz, não só da mudez acidental e física, como Belonísia, mas, principalmente, da alma de quem calado sofria.

Mulheres como dona Miúda, que teve seus filhos arrancados, marcada pela pobreza e pela fome e Donana, que viu a filha ser violentada, são símbolos indeléveis da obra. Mulheres que enfrentaram seus destinos, que sobreviveram e deixam nos leitores uma sensação caleidoscópica de desalento e, ao mesmo tempo, de orgulho. Os personagens são figuras marcantes de uma geração de homens e, principalmente, mulheres que escrevem suas trajetórias em um contexto de opressão, luta, dificuldade e resistência, suas vozes transcrevem e ecoam os problemas da terra do sertão baiano e da semi-escravidão do negro descendente de escravizados.

As figuras masculinas, como Zeca Chapéu Grande e Severo, mostram o caráter altivo, trabalhador e honesto do negro quilombola e seus descendentes. A religiosidade africana e até mesmo o sincretismo estão presentes no enredo traçando laços e significações.

Conclui-se que o autor, enquanto pesquisador e lidando com uma realidade social desafiadora deparou-se com relatos e histórias que levam o leitor a sentir um pouco daquela vivência rigorosa e, por vezes, mágica onde pessoas simples, mas fortes, possuíam desejos e sonhos. Ainda que o sonho fosse somente ter uma casa de alvenaria e um quintal para plantar seu sustento. A experiência do pesquisador e escritor transportados para a literatura possui uma característica, em geral, afetuosa quando acalenta na humanidade do leitor o desejo de dias mais amenos na vida dos negros e dos descendentes dos escravizados que perderam suas dignidades, culturas, religiões, liberdade e vidas. A literatura é uma transposição do viver que contribui com a humanização dos leitores.

A encantada e a obra jogaram uma rede para aplacar e pescar o coração dos leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVES, Castro. *Ode ao dois de julho*: disponível em https://www.culturagenial.com/poemas-castro-alves/, acessado em 18.8.2022.

BUENO, Eduardo. *Brasil, uma história* – cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2012.

CÂMARA, Nelson. *Escravidão nunca mais: um tributo a Luiz Gama*. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis; HESS, Bernard Herman; ROSA, Daniele dos Santos. *CADERNO DE LITERATURA. Um percurso de formação em literatura na Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: José Olympio Editora, 1999.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1*. ed. - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

KARASCH, Mary C. (Trad. Pedro Maia Soares). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 40.

PEREIRA, Gislene: *Propriedade da terra: um conceito em duas linhas*. Disponível em https://orcid.org/0000-0003-0426-8314. Acesso em 28.8.2022.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro* – A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*: *Tomo Segundo (1830-1877).* Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro Editor, 1888. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/d592b722-45a6-4cba-8a5c-baa173eeffa4, Acesso em: 18.8.2022.

TRINDADE, Solano. *Sou negro*. Disponível em:
https://www.todamateria.com.br/consciencia-negra-poemas/, acessado em 19.8.2022.